



Prefeitura Municipal de Guanahães

MINAS GERAIS

A Comissão de
Legislação, Justiça e Redação
Sala das Sessões 17/12/01

PROJETO DE LEI 58/2001

see art.
PRESIDENTE

Dispõe sobre a política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será regida pelo disposto na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1.990, e por esta Lei e será efetivada por meio de:

- I - Programas e serviços sociais básicos de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outros que assegurem o desenvolvimento físico, mental e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;
- II - Programas de assistência social em caráter supletivo aos previstos no inciso anterior, para aqueles que deles necessitarem;
- III - Programas de proteção.

Parágrafo Único: Os programas de proteção especial de que trata o inciso III do caput serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e serão destinados à orientação e apoio sócio-familiar; ao apoio sócio-educativo em meio aberto; à colocação familiar; ao abrigo; à liberdade assistida; à semiliberdade; à internação.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - A política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida a partir da criação do:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 3º _ Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º _ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá membros, respeitando a composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil.

§ 1º _ Comporão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que:
I _ Um (1) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura, Órgão de Finanças e Jurídico.

II _ Representantes de Instituições da Sociedade Civil que se destinem à defesa e ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º _ Os representantes das secretarias e órgãos municipais serão indicados pelo prefeito, dentre servidores com poderes de decisão no âmbito respectivo de cada uma.

§ 3º _ Os representantes das instituições da sociedade civil serão escolhidos em assembléia convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que estiver terminando seu mandato, com no mínimo trinta (30) dias de antecedência, por meio de edital publicado em jornal de circulação no município e em locais públicos.

Art. 5º _ Cada conselheiro titular terá um suplente, escolhido simultaneamente com ele e pelo mesmo procedimento e atendidas as mesmas exigências.

§ 1º _ O mandato é de dois (02) anos, admitindo-se uma única recondução subsequente.

§ 2º _ O exercício da função de conselheiro, titular ou suplente, é considerado como de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 6º _ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá celebrar convênio com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais para viabilizar a atuação conjunta entre eles, particularmente quanto à atuação de Promotores de Justiça junto ao Conselho.

Parágrafo Único: O conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente será assistido por uma secretaria, destinada ao suporte administrativo-financeiro e à assessoria técnica necessária ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e servidores cedidos pelos órgãos da administração direta e indireta do município.

Art. 7º _ Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I _ Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo as prioridades e controlando as ações de execução;



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

- II _ Solicitar as indicações para o preenchimento do cargo de conselheiro nos caso de vacância e término do mandato;
 - III _ Dar posse aos membros do conselho indicados pelo executivo e eleitos pelas assembléias das entidades da sociedade civil;
 - IV _ Deliberar sobre a aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, alocando recursos para os programas dos órgãos públicos e organizações não governamentais;
 - V _ Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação, das doações, subsídios e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob forma de guarda de criança e do adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;
 - VI _ Opinar sobre o orçamento municipal destinado ao desenvolvimento das políticas que visem ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como ao funcionamento do (s) Conselho (s) Tutelar(es), indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;
 - VII _ Encaminhar o processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar;
 - VIII - Fixar junto ao Executivo Municipal a remuneração dos membros do Conselho Tutelar;
 - IX _ Proceder ao registro de entidades da sociedade civil e inscrição de programas governamentais e não governamentais nos regimes descritos no artigo 90 da Lei Federal 8.069/90, no âmbito do município;
 - X _ Comunicar o registro das entidades de atendimento ao(s) Conselho(s) Tutelar(es) e a autoridade judiciária da respectiva localidade;
 - XI _ Divulgar a finalidade do conselho e sua atuação junto à sociedade em geral e através dos meios de comunicação, periodicamente.
- Art. 8º _ O Conselho poderá ser destituído:
- I _ Pelo prefeito, no caso dos representantes das secretarias municipais;
 - II _ Pela assembléia das instituições cadastradas, mediante voto de 2/3 (dois terços) delas, em reunião convocada nos termos do parágrafo 3º do art.4º.

Parágrafo Único: O ato de destituição deverá indicar o substituto.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Art. 9º _ O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será constituído por:
- I _ Dotação consignada anualmente no orçamento do município, para atividades vinculadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - II _ Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - III _ Doações, auxílios, contribuições e legados, que lhe venham a ser destinados;
 - IV _ valores provenientes de multas decorrentes de condenações civis ou de imposição de penalidades administrativas, previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1.990.
- Parágrafo único: A regulamentação do FMDCA será de competência do Poder Executivo.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR

Parágrafo único: Poderá haver, mediante demanda populacional à abertura de novos conselhos e deverão ser regidos pela mesma lei.

Art. 10 _ Haverá um conselho tutelar, funcionando como órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 11 _ a competência do Conselho Tutelar será determinado:

I – Pelo domicílio dos pais ou responsável;

II _ pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, na falta dos pais ou responsável.

§ 1º _ Nos casos de ato infracional praticado por criança ou adolescente, será competente o Conselho Tutelar do lugar; da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

Art. 12 _ Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas nos art. 95 e 136 da Lei Federal nº 8.069 de 13/07/90.

Art. 13 _ O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) suplentes escolhidos juntamente com cada um daqueles, para mandato de 03 (três) anos; permitida apenas uma recondução subsequente.

Parágrafo Único: O cargo de conselheiro titular será de relevância pública.

Art. 14 – Somente poderão concorrer ao processo de escolha os candidatos que preencherem, até o encerramento do prazo de inscrições, os seguintes requisitos:

I _ Reconhecida idoneidade moral;

II _ Idade superior a 21 anos;

III _ Residir no município há mais de 02 (dois) anos;

IV _ ~~Possuir~~ reconhecida experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

V _ ~~Residir~~ na área de competência do respectivo Conselho Tutelar;

VI _ Ter o concluído o ensino médio;

VII _ Obter aprovação em teste de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII _ Estar no gozo dos seus direitos políticos.

Parágrafo único: O teste de que trata o inciso VII será regulamentado pelo Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo os critérios para a sua confecção e realização, inclusive dia e hora de aplicação, bem como índice de aproveitamento mínimo para aprovação.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

Art. 15 _ O Processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, será mediante resolução esclarecida por esta Lei, realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 16 _ São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro ou sogra e genro ou nora, irmão, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.

Parágrafo único: Estende-se o impedimento previsto no caput deste artigo à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 17 _ O presidente do Conselho Tutelar será eleito pelos seus pares, na primeira sessão.

Parágrafo único: Na falta ou impedimento do presidente, assumirá a presidência, sucessivamente, o conselheiro mais antigo ou o mais idoso.

Art. 18 _ O Conselho Tutelar atenderá as partes, mantendo registro integral, ativo de cada caso, até a conclusão dada a ele, a com adoção e cumprimento das providências decididas.

Parágrafo único: O Registro deverá ser mantido em arquivo, até dois anos, após o completar a maior idade.

Art. 19 _ O Conselho tutelar disporá de uma secretaria, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e servidores cedidos pelo Executivo.

Parágrafo único: O Executivo fornecerá assessoria técnica nas áreas social, jurídica e psico-pedagógica ao Conselho Tutelar, quando solicitado por este.

Art. 20 _ Os membros do conselho Tutelar farão jus, mensalmente, a uma remuneração, que será determinada via resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e posterior decreto do Poder Executivo.

§ 1º _ A remuneração prevista no caput deste artigo não poderá exceder a do funcionalismo municipal de nível médio III.

§ 2º _ Constará da Lei Orçamentária Municipal dotação específica para o atendimento da previsão do caput deste artigo.

§ 3º _ A remuneração será proporcional:

I _ Para o conselheiro titular do Conselho Tutelar, aos dias efetivamente trabalhados, salvo afastamento por licença de saúde;

II _ para o suplente, aos dias efetivamente trabalhados, quando convocado a substituir o titular; em caso de afastamento ou vacância.

§ 4º _ Os membros do Conselho Tutelar não terão vínculo empregatício com a municipalidade.

§ 5º _ Sendo escolhido servidor municipal, fica-lhe facultado optar entre a remuneração revista neste artigo e o vencimento e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

§ 6º _ A jornada de trabalho dos membros do Conselho Tutelar será de 30 (trinta) horas semanais, podendo haver regime de horário de plantão.

§ 7º _ O Regimento Geral do Conselho Tutelar especificará as hipóteses de afastamento dos conselheiros e as conseqüentes repercussões remuneratórias.

§ 8º _ O membro titular do Conselho tutelar fará jus a um período de descanso anual correspondente a 30 (trinta) dias, sendo-lhe garantida a percepção de sua remuneração proporcionalmente calculada, segundo as faltas injustificadas que teve no período, nos termos fixados em decreto.

§ 9º _ O direito previsto no parágrafo anterior se estende ao suplente que tiver exercido os deveres do titular pelo prazo, consecutivo ou alternado de doze meses.

Art. 21 _ Perderá o mandato o conselheiro que:

I _ Praticar atos que configurem atentado aos direitos da criança ou do adolescente, no exercício do mandato;

II _ Sofrer condenação por prática dolosa de crime ou contravenção penal, em sentença transitada e julgada;

III _ Deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por 02 (duas) vezes consecutivas ou 03 (três) vezes alternadas, dentro de 01 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV _ Mudar de domicílio para fora da área de abrangência sobre a qual tenha competência o Conselho Tutelar.

§ 1º _ A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa ou entidade.

§ 2º _ O procedimento a ser instaurado será fixado no Regimento Geral do Conselho Tutelar, assegurada ampla defesa.

TÍTULO III

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 22 _ A escolha dos membros, efetivos e suplentes, de cada Conselho Tutelar será feita pelo voto secreto e facultativo dos cidadãos residentes no município, desde que se cadastrem previamente.

Art. 23 _ O cadastramento dos votantes será feito mediante a apresentação de comprovante de residência e do título de eleitor.

§ 1º _ Deverão ser afixados; na sede da prefeitura, escolas, postos de saúde, templos e em quaisquer outros locais de movimento, avisos comunicando a abertura de prazo para o cadastramento.

§ 2º _ O prazo para cadastramento não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias.

Art. 24 _ os cidadãos que desejarem candidatar-se deverão registrar para o conselheiro Titular e ou suplente, conforme edital de convocação divulgado nas mesmas condições dos parágrafos do artigo anterior.

§ 1º _ O registro da candidatura implica automático cadastramento como votante dos candidatos.

§ 2º _ A candidatura é individual e sem vinculação a partido político.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

Art. 25 _ Não poderão se inscrever como candidatos ac membros do Conselho Tutelar pessoas que tenham o impedimento previsto no art. 16.

Art. 26 _ Serão afixados, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência, nos mesmos locais mencionados no parágrafo do art. 23 , editais de convocação para realização do processo de escolha, marcando data, horário e locais para votação.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fixará data do pleito.

Art. 27 _ Serão elaboradas listas de votantes e de candidatos que deverão ser afixadas nos locais de votação, com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, abrindo-se prazo até às 24 (vinte quatro) horas anteriores ao início do processo de escolha para apresentação de impugnação, que será feita por escrito, fundamentada e assinada.

Parágrafo único: A impugnação será decidida de plano pela comissão organizadora de que trata os art.29 e 30, da qual cabe recurso impetrado de imediato ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que terá 24 (vinte e quatro) horas para decidir em última instância.

Art. 28 _ São vetados o cadastramento, a candidatura e o voto por procuração.

Art. 29 _ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente indicará uma comissão organizadora.

Parágrafo único: Não poderão participar da Comissão Organizadora os candidatos inscritos e seus parentes por consanguinidade ou afinidade até o segundo grau ou cônjuge.

Art. 30 _ Caberá à comissão organizadora:

I _ Determinar os locais de cadastramento e de votação;

II _ Determinar a afixação de todos os atos pertinentes ao processo de escolha que devam ser comunicados ao público, nos termos desta Lei;

III _ Cadastrar os votantes e os candidatos;

IV _ Preparar relação nominal dos votantes cadastrados e dos candidatos;

V _ Receber as impugnações relativas aos votantes cadastradas e aos candidatos, e decidir sobre elas;

VI _ Constituir as mesas de votação, designando e credenciando seus membros;

VII _ Supervisionar os trabalhos do processo de escolha e apuração;

IX _ Credenciar os fiscais dos candidatos;

X _ Responder de imediato às consultas feitas pelas mesas de votação, durante o processo de escolha;

XI _ Organizar seminários, debates e outras atividades entre os candidatos e a comunidade, visando a promover uma ampla e plena divulgação da política e dos órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XII _ Regular a propaganda dos candidatos, obedecidos os preceitos desta Lei;



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

XIII _ Eleger seu presidente, que terá direito a voto comum e de desempate.

Art.31 _ Cada mesa de votação será composta de 04 (quatro) membros efetivos e 01 (um) suplente, escolhidos entre os votantes pela comissão organizadora, com antecedência mínima de 03 (três) dias em relação à data do processo de escolha.

§ 1º _ são impedidas de compor as mesas de votação as pessoas referidas no parágrafo único do art. 29.

§ 2º _ Em cada mesa de votação haverá relações de votantes elaboradas pela comissão organizadora, constando em separado os cadastros cancelados.

Art.32 _ Compete às mesas de votação:

I _ Solucionar imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;

II _ Lavrar ata de votação, anotando todas as ocorrências;

III _ realizar apuração dos votos, lavrando ata específica e preenchendo o mapa respectivo;

IV _ Remeter toda a documentação referente ao processo de escolha à comissão organizadora.

§ 1º _ O voto em separado será recolhido em envelope individual, devidamente fechado e depositado na urna com registro em ata, para posterior apuração.

§ 2º _ Antes do início da apuração, a mesa de votação resolverá os casos de votos em separado, se houver, incluindo na urna as células dos votos julgados procedentes, de modo a garantir o sigilo.

Art. 33 _ Após a identificação, o votante assinará a relação respectiva, receberá a célula e votará, colocando-a na urna à vista dos mesários.

§ 1º _ Não constando da relação de votantes o nome de pessoa cadastrada que apresente o respectivo recibo e não tenha sido afastada por decisão irrecurável em razão de impugnação, ela votará em separado, recolhendo-se seu voto em envelope rubricado pelo presidente da mesa de votação.

§ 2º _ O Votante que não souber ou não puder assinar o nome lançará a impressão do polegar direito no local próprio da relação respectiva.

Art. 34 _ Cada candidato concorrente terá direito de dispor de 02 (dois) fiscais, dentre os votantes, que deverão portar crachá e poderão solicitar ao Presidente da Mesa de votação o registro em Ata de quaisquer irregularidades que identifiquem no processo de escolha.

Art. 35 _ Os concorrentes poderão promover suas candidaturas entre os votantes, respeitando-se o previsto nesta Lei.

Parágrafo Único _ A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes deverá ser Analisada pela Comissão Organizadora que, se a entender incluída nessas características, determinará sua suspensão.

Art. 36 _ Não será permitido no prédio onde se der a votação qualquer tipo de propaganda de candidato, aliciamento ou convencimento dos votantes durante o horário de votação.

Art. 37 _ Serão nulas as células que:

I _ Assinalarem mais de 05 (cinco) candidatos;

II _ Contiverem expressões, frases ou palavras que possam identificar o votante;



Prefeitura Municipal de Guanahães

MINAS GERAIS

III _ Não corresponderem ao modelo oficial;

IV _ Não estiverem rubricados pelos membros da mesa de votação;

Art. 38 _ Concluídos os trabalhos de escrutinação e lavrada a Ata de apuração, deverão os membros da mesa de votação encaminhar o mapa à Comissão Organizadora, bem como todos os demais documentos e as cédulas, para sua totalização.

Parágrafo Único _ encerrado o processo de escolha, as Comissões Organizadoras:

I _ Proclamarão os eleitos, afixando boletim no local onde ocorreu a votação;

II _ Encaminharão todo o material ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá guarda-lo pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses.

Art. 39 _ Serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos, que obtiverem o maior número de votos, sendo os cinco primeiros titulares e os cinco consecutivos suplentes.

Parágrafo Único _ Havendo empate, será aclamado vencedor o candidato mais idoso.

Art. 40 _ Os concorrentes poderão interpor recurso do resultado final, sem efeito suspensivo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da afixação do boletim respectivo, (datado e assinado).

Parágrafo Único _ O recurso fundamentado deverá ser interposto por escrito perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que terá 05 (cinco) dias para decidir.

Art. 41 _ A posse dos escolhidos ocorrerá até 30 (trinta) dias ocorridos após a divulgação do resultado do processo de escolha, perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

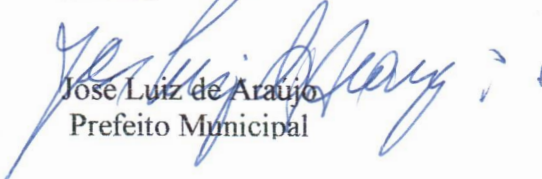
Art. 42 _ Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomarão posse 60 (sessenta) dias após a sua escolha.

Art. 43 _ Fica o Executivo autorizado abrir crédito suplementar para as despesas iniciais, decorrentes do cumprimento desta lei.

Art. 44 _ revogam-se as disposições em contrário. Em especial a Lei Municipal 1659 de 28/12/92.

Art. 45 _ Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guanahães, _____ de dezembro de 2001.


José Luiz de Araújo
Prefeito Municipal

Aprovado em 1.ª discussão
Sala das sessões 20/12/2001

[Assinatura]
PRESIDENTE

A SANÇÃO

Sala das sessões 21/12/2001

[Assinatura]
PRESIDENTE

parecer da comissão de Legislação, Justiça
e Redação ao projeto de Lei de nº 38/2001

Após analisarmos o Projeto de Lei acima citado, somos FAVORÁVEIS
a sua Aprovação e nesta data o devolvemos a
MESA DIRETORA para as considerações finais.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhães,
aos 17 de Dezembro de 2001

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO